



RELATO DE EXPERIÊNCIA: VISITAS DOMICILIARES NO ESTÁGIO BÁSICO DE PSICOLOGIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

128

Juliana Fagundes Alvarenga¹
Fernanda Ramos da Silva Vaz²
Maria Antônia Rodrigues Cavalheiro da Rosa³
Alice Machado Corrêa⁴
Andrielli Flores Fernandes Bastos⁵

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo apresentar um relato de experiência das visitas domiciliares realizadas no estágio curricular de Psicologia Social e Políticas Públicas efetuado na instituição Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região sul da cidade de Alegrete, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chave: Psicologia Social, Visita Domiciliar, CRAS.

INTRODUÇÃO

A atuação da psicologia na Assistência Social é recente, sua consolidação foi viabilizada pela criação e regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inicialmente recomendando a inclusão de psicólogos em diversos equipamentos e serviços da rede socioassistencial, tornando-se obrigatória posteriormente. Nesse contexto, um dos dispositivos de assistência que surgiu foi o CRAS, sendo uma resposta organizada do

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha - Campus Alegrete/RS. E-mail: julianaalvarenga198177@sou.urcamp.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha - Campus Alegrete/RS. E-mail: fernandavaz197923@sou.urcamp.edu.br.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha - Campus Alegrete/RS. E-mail: mariarosa196782@sou.urcamp.edu.br.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha - Campus Alegrete/RS. E-mail: alicecorrea198733@sou.urcamp.edu.br.

⁵ Professora Orientadora e Supervisora acadêmica do Centro Universitário da Região da Campanha - andriellibastos@urcamp.edu.br.

Estado brasileiro para enfrentar desigualdades sociais e promover o bem-estar e a inclusão social das populações mais vulneráveis (XIMENES E COSTA, 2021). O trabalho do psicólogo nessa instituição é voltado para o fortalecimento da garantia de direitos da população atendida (OLIVEIRA et al., 2016). A psicologia social e as políticas públicas no Brasil estão marcadas e representam um processo de redemocratização, luta antimanicomial e conquista de direitos no país, sendo assim, um campo de estudos essencial e indispensável na formação acadêmica de psicologia. Esse resumo “parte do pressuposto que as políticas públicas são importantes espaços para a promoção da garantia dos direitos humanos e que o psicólogo pode contribuir com esse processo” (GESSER, 2014, p. 3). Dessa forma, o presente artigo se justifica pela demasiada importância da psicologia social e das políticas públicas em âmbito acadêmico, sociológico e histórico.

Entendendo que o papel do psicólogo no SUAS é garantir o direito da população atendida de forma humanizada e que o campo de estágio serve para observação de tal demanda, o presente artigo tem como objetivo trazer relatos das experiências vivenciadas no ano de 2024 em tal espaço de atuação do psicólogo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está inserida no eixo das pesquisas qualitativas utilizando relato de experiência. Adotaram-se como estratégias metodológicas a observação participante no contexto das visitas domiciliares, bem como momentos de discussão de casos com profissionais e acompanhamento de estudo de caso. O estágio ocorreu entre os dias de 29 de abril a 04 de julho do ano de 2024. Nesse período, foram concluídas 40 horas de observação participante e 40 horas de supervisão acadêmica.

O estágio curricular foi realizado na instituição Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Zona Sul da cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, Brasil. A inserção das estagiárias neste dispositivo aconteceu através de uma parceria do Centro Universitário da Região da Campanha estabelecida com a Prefeitura da cidade.

A população atendida foram pessoas em vulnerabilidade social, desde crianças a idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CRAS oferece serviços de proteção básica a pessoas em vulnerabilidade social, dessa forma, uma das atividades que obtém foco significativo observado pelas estagiárias é a atenção ao bem-estar da família por meio dos serviços citados acima, pois este é um “vínculo necessário à proteção social e à cidadania” (CFP, 2021, p. 60). Nesse contexto, a instituição trabalha de forma a proteger o indivíduo e, se este desejar e/ou necessitar, incluir em ambientes onde há amparo e segurança para que seja possível a ele viver dignamente. Por conseguinte, além da segurança básica voltada à moradia e convívio, também se trabalha com a segurança de rendimento e de acolhida que garante o direito dos indivíduos de ter uma renda e acesso a alimentação para sua sobrevivência, bem como encaminhamento a outras políticas públicas quando houver casos que não são considerados demanda de assistência básica (CFP, 2021, p. 59).

Polignano (2020 apud KUCHARSKI ET AL, 2022, p. 2) reforça que tal conquista é advinda de “muita luta da população, dos trabalhadores, de entidades sociais, e tantas outras organizações, que travaram muitas batalhas no decorrer da História, o que culminou com a conquista dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988”. Foram décadas de luta por um sistema mais igualitário, humanizado e consentâneo, o que representa um papel fundamental e histórico para a área de psicologia e para a população brasileira.

Durante mais de 20 anos, o Brasil teve um regime militar ditatorial, que se caracterizou pela supressão de direitos e de liberdades, pelas marcas da tortura sistemática, das detenções arbitrárias, dos desaparecimentos forçados, da perseguição político-ideológica e da censura às ideias consideradas subversivas a esse regime. Por volta de 1985, inicia-se um processo de transição lenta e gradual ao regime democrático, que favoreceu o fortalecimento da sociedade civil mediante formas de organização, mobilização e articulação e que produziu importantes conquistas sociais e políticas. Surgem, nesse momento histórico, novos atores sociais e movimentos sociais, que reforçaram o processo de democratização por meio de suas demandas e reivindicações. Esse processo culminou com a promulgação da Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988 (Piovesan, 2009 apud GESSER, 2014, p. 8).

No que se refere a visitas domiciliares, acompanhou-se uma senhora vítima de violência doméstica. No decorrer da sua conversa com o psicólogo, ela direcionou sua atenção às estagiárias, elogiando seus cabelos e o penteado de uma destas, pedindo que lhe fizesse o mesmo penteado, ao que a estagiária atendeu. Posteriormente, percebeu-se uma transferência entre a senhora e as estagiárias, evidenciada pelo seu olhar e falas voltado especificamente às mesmas, pedidos de abraços, além da solicitação para que voltassem logo. Segundo Santos (1994), a transferência ocorre quando um indivíduo se interessa pelo que se relaciona com a figura de outrem (nesse caso foram os cabelos e a aparência das estagiárias), atribuindo a isso grande importância, desviando sua atenção de outros aspectos.

Além desse caso marcante vivenciado, outros casos de extrema vulnerabilidade social foram acompanhados, dentre eles dois casos de idosos que residiam em locais insalubres desprotegidos de baixas temperaturas e chuvas.

No que tange a prática do psicólogo e supervisor, nota-se um olhar respeitoso, humanizado e afável à singularidade e subjetividade de cada sujeito. A atuação do psicólogo na proteção básica é norteada pela cartilha de Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo no Centro de Referência em Assistência Social - (CRAS). Assim elaborando diretrizes para exercícios de forma ética e padronizada (ADADA; ABDALLA; ZASSO; 2019, p. 5).

A Intervenção do psicólogo busca garantir de Direitos Sociais pelos princípios da Impessoalidade, Universalidade, Economia e Racionalidade. O indivíduo experiencia vivências e interação constante com seu contexto Social (familiar, comunitário), é o eixo de desenvolvimento e Anais do 17º Encontro Científico Cultural Interinstitucional – 2019 ISSN 1980-7406 utilização do conhecimento psicológico numa prática comprometida com o desenvolvimento, a justiça e a equidade social (CFP, 2008 *apud* ADADA; ABDALLA; ZASSO, 2019, pp. 5, 6).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006) afirma que as visitas domiciliares são um meio pelo qual uma família ou um indivíduo pode ser atendido e amparado pelo CRAS, sendo uma forma de acessar a realidade do sujeito, conhecer sua comunidade, seu território e definir as formas de auxiliar o usuário ou a família em atendimento. Esta pode ser realizada tanto por psicólogos quanto por assistentes sociais, havendo a



possibilidade de ambos a efetuarem juntos, dependendo do caso.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a prática da psicologia no âmbito da assistência social ainda é algo recente, sendo necessário maior ênfase nas universidades e na literatura sobre sua necessidade e importância.

Acerca das visitas domiciliares, foi possível ter acesso a diversas realidades da cidade de Alegrete, observando-se a importância da atuação do psicólogo nesse contexto, proporcionando segurança e acolhimento para que os indivíduos possam expor suas questões e saber que serão amparados pelo CRAS.

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos agradecimentos ao profissional psicólogo que acompanhamos durante os dois meses de estágio, por seu apoio, ensinamentos e acolhimento.

REFERÊNCIAS

ADADA, Karina; ABDALLA, Mayalla; ZASSO, Izabele. **A gente não quer só comida: vulnerabilidade como porta de entrada do CRAS e as medidas psicossociais.** 2019. p. 12 - Anais do 17º Encontro Científico Cultural Interinstitucional

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS.** 3º ed. Brasília: CFP, 2021.

GESSER, Marivete. **Políticas Públicas e Direitos Humanos: Desafios à Atuação do Psicólogo.** 2014. p. 12. - Universidade Federal de Santa Catarina.

KUCHARSKI, Karina Wahhab; et al. **Políticas públicas de saúde no Brasil: uma trajetória do Império à criação do SUS.** *Revista Contexto & Educação*, Editora Unijuí, ano 37, n. 117, edição especial, p. 38-49, abr. 2022. DOI: 10.21527/2179-1309.2022.117.12871.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (2006). **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa bolsa família no âmbito do Sistema Único da Assistência Social**. Brasília: MDSCF.

OLIVEIRA, Nívia Lúcia de Andrade et al. Relato de experiência: a atuação do psicólogo no CRAS e sua contribuição para o fortalecimento dos direitos sociais. **In.: Scielo**. Maio, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682016000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02, jul, 2024.

133

SANTOS, Manoel Antônio dos. A transferência na clínica psicanalítica: a abordagem freudiana. **In.: Scielo**. Ago, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jul, 2024.

XIMENES, Pedro Henrique Lima; COSTA, Maria Suely Alves. A Psicologia no âmbito da Assistência Social: relato de experiência. **In.: Scielo**. Dez, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000400012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02, jul, 2024.